

Sarney diz que pacificar é sua missão

CARLOS CHAGAS

O presidente José Sarney espera desenvolver o mais breve possível um trabalho de conciliação em torno da nova Constituição. Não vê outra saída senão participar, como árbitro, dialogando e ajudando as lideranças das diversas forças constituintes a chegarem a um texto capaz de exprimir o consenso nacional. Foi o que declarou ontem ao repórter de O Estado e do Jornal da Tarde, durante demorada análise dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Não se coloca como o cidadão José Sarney, mas como o presidente da República, ao qual cabe a responsabilidade maior de compor tendências e evitar fracionamentos. Essa é a maior das missões de um chefe de governo, e a ela não se furtará. Fora disso será o impasse, em termos constitucionais. Historicamente, esse papel foi exercido pelos presidentes da República. Deodoro da Fonseca, Sarney recordou, passava horas reunido com Ruy Barbosa, examinando tudo o que ocorria na Assembléia Nacional Constituinte de 1893. Graças a isso puderam chegar a um projeto viável e duradouro. O mesmo aconteceu com Getúlio Vargas, em 1934, e com o general Eurico Dutra, em 1946. No final de todas as tardes, ele recebia os líderes, queria saber das divisões e dos confrontos e opinava, contribuindo para a superação das divergências e o encontro de pontos comuns.

Disse Sarney que o presidente da República não pode ser marginalizado nem marginalizar-se, quando se discute e se prepara a lei fundamental destinada a gerir os destinos do País por muitas e muitas décadas. Ele não é parte, no caso, nem deve ser tido como defensor desta ou daquela corrente constituinte. Nada tem a impor, apesar de tentarem vestir-lhe esse figurino. Até imaginarem transformá-lo no único cidadão brasileiro cassado e proibido de atuar. Não conseguiram aprovar os tais atos ou projetos de decisão que, centralizando todo o poder na Constituinte, simplesmente transformariam o governo num apêndice desimportante da realidade nacional.

"Nenhuma força pode impor a sua própria Constituição. Depois do diálogo e do debate, é necessário o consenso"

Do jeito que as coisas vão, continuou o presidente, fica bem claro o perigo aberto às instituições nacionais e ao futuro do País. O atual anteprojeto preparado na Comissão de Sistematização transformou-se num amontoado prolixo, redundante e contraditório de artigos, impossível de servir ao Brasil. Houve uma sucessão de erros, até parece o jogo dos sete erros que alguns jornais publicam para divertimento dos leitores. Cada deputado ou senador pretendeu colocar o seu artigo ou os seus artigos, no texto, sem organicidade ou preocupação com o conjunto. Não se partiu de um anteprojeto ou de um roteiro, como também não foi criada, conforme a experiência, uma grande comissão constitucional. O resultado é o que se vê: correntes constituintes empenhadas em esmagar os adversários, sequiosas de chegar, assim, a uma Constituição parcial. Para a metade do Brasil, ou até menos. Em suas palavras, as constituições devem exprimir o oposto, ou seja, o consenso. Nenhuma força pode impor a sua Constituição, mas todas após o diálogo e o debate, precisam encontrar o consenso.

Indagado se já possui o seu Ruy Barbosa, capaz de ajudá-lo no trabalho de harmonização, o presidente sorriu, falando que os ruy barbosas estão em falta, hoje. Mas o seu trabalho de compatibilização poderá ser desenvolvido através dos líderes partidários. O governo não vai preparar um texto constitucional alternativo, pois seria acusado de estar pretendendo fazer a sua Constituição. Existem estudos e sugestões, preparados por seus auxiliares, mas o principal será através do entendimento com as lideranças e os grupos constituintes, debater ponto por ponto. Deubar o cipal e chegar a um outro texto, bem diferente do anteprojeto em causa.

Uma Constituição, conforme Sarney, não pode ser contra coisa

alguma. Deve ser a favor da Nação, voltada para o futuro, jamais para o passado. Existem princípios incrustados em nossas constituições, desde 1823, que continuam necessários e devem ser reproduzidos. Não há por que mudá-los, suprimi-los ou rebuscá-los. São simples. Tome-se o referente à ordem internacional. São princípios gerais, estão ótimos, conforme a Constituição vigente. Por que trocá-los ou complicá-los? Mas o anteprojeto da Comissão de Sistematização muda tudo. Coloca-se até, contra a existência de blocos militares de nações estrangeiras, como se pretendesse extinguir a Nato e o Pacto de Varsóvia.

O presidente falou ao repórter em seu gabinete no Palácio do Planalto, manuseando freqüentemente um exemplar da atual Constituição, que mantém sobre a mesa de trabalho. Em seu entender, a Carta ainda vigente precisa ser modificada e aprimorada em muitos aspectos, a começar pelo Prêmbulo, elaborado pela Junta Militar de 1969. Contém, no entanto, artigos de capítulos em acordo com nossas tradições. Não pode, assim, ser apagada ou banida por completo. Aquilo que nos serve, e está escrito de maneira simples e esportiva, não deve ser desconsiderado ou revogado.

Fora do consenso não há salvação, para Sarney. Lembrou que na segunda-feira, durante comício promovido em Brasília pelo PT e a CUT, o líder sindical Jair Meneghelli ameaçou rasgar a nova Constituição, se ela não corresponder aos interesses de seus grupos. Ora, uma Constituição não se rasga como se fosse um prospecto de propaganda. E se a CUT imagina-se com esse direito, a UDR ou qualquer outro grupo também poderá fazer o mesmo. E aí? Iríamos para onde? Por isso ele insiste em que a nova Constituição brasileira deve exprimir o somatório das tendências, aspirações e necessidades nacionais. E preciso que todos cedam. Seu papel, como presidente da República, será de entrar na equação, sem imposições nem partidatismo, precisamente para ajudar na busca do consenso.

Outro comentário de Sarney refere-se às Forças Armadas. Não vê como se possa elaborar uma Constituição contra as Forças Armadas. É preciso fazer o contrário, isto é, uma Constituição com as Forças Armadas, democraticamente subordinadas ao poder civil. Felizmente, não vingou a idéia de retirá-las da garantia à ordem interna, mas, se isso acontecesse, de que adiantaria? Elas teriam forçosamente de garantir a ordem, quando perturbada. Nesse caso, a Constituição seria descumprida? Deu um exemplo: se um grupo hipotético de bandoleiros invadisse Brasília e começasse a atacar ministérios e repartições públicas, não seriam as Forças Armadas imediatamente postas para restabelecer a ordem? Ou alguém acredita que a polícia civil, sozinha, enfrentaria a desordem?

No Brasil, acrescentou, as Forças Armadas se têm comportado exemplarmente. Quando diz ser o seu comandante-chefe, é mesmo. Outros países da América Latina vêm enfrentando problemas graves, nesse setor, com seus presidentes da República desobedecidos e contestados. Por que, então, setores radicais tentaram e ainda tentam ignorá-las?

O sistema de governo proposto no anteprojeto da Comissão de Sistematização também mereceu observação do presidente. Trata-se de alguma coisa destinada a não funcionar. A criar a confusão e a paralisar o governo. Da forma como está redigido o capítulo, o poder se diluirá entre cinco núcleos: o presidente da República, o Congresso, o Conselho da República, o Conselho de Ministros e o primeiro-ministro. Não haverá como administrar. Acresce, o presidente da República é eleito pelo sufrágio direto, podendo receber 40 milhões de votos, mas assume manietado e impossibilitado de governar. Se era para proporem o parlamentarismo, por que não propuseram a fórmula clássica, de presidentes eleitos pelo Congresso? O que não dá é eleger a rainha da Inglaterra pelo voto direto. No trabalho de busca de consenso, do qual não se furtará, Sarney evitará suas opiniões pessoais, ainda que, pessoalmente, na atual conjuntura,

incline-se pela preservação do presidencialismo.

Em suma, para o presidente, passaram-se cinco meses de trabalhos constituintes sem que se tenha chegado a uma proposta lógica e em condições de balisar o futuro. Felicidade não se conquista por norma constitucional, muito menos a pobreza ser erradicada por decreto.

Sarney falou sobre outros temas. Disse estar confiante no plano Bresser, que já apresenta os primeiros resultados. Os juros bancários baixaram e vão baixar mais. A inflação de julho ficará em torno dos 4%. A economia começa a dar os primeiros sinais de reaquecimento, e o empresário compreende as mudanças. Não concorda com o abono salarial pretendido por um grupo de empresários, se for concedido em prejuízo das metas do plano Bresser. Agora, se alguém deseja abonar seus empregados, está livre para fazê-lo, com seus próprios recursos.

O Conselho da República, o Conselho de Ministros e o primeiro-ministro. Não haverá como administrar. Acresce, o presidente da República é eleito pelo sufrágio direto, podendo receber 40 milhões de votos, mas assume manietado e impossibilitado de governar. Se era para proporem o parlamentarismo, por que não propuseram a fórmula clássica, de presidentes eleitos pelo Congresso? O que não dá é eleger a rainha da Inglaterra pelo voto direto. No trabalho de busca de consenso, do qual não se furtará, Sarney evitará suas opiniões pessoais, ainda que, pessoalmente, na atual conjuntura, incline-se pela preservação do presidencialismo.

Em suma, para o presidente, passaram-se cinco meses de trabalhos constituintes sem que se tenha chegado a uma proposta lógica e em condições de balisar o futuro. Felicidade não se conquista por norma constitucional, muito menos a pobreza ser erradicada por decreto.

Sarney falou sobre outros temas. Disse estar confiante no plano Bresser, que já apresenta os primeiros resultados. Os juros bancários baixaram e vão baixar mais. A inflação de julho ficará em torno dos 4%. A economia começa a dar os primeiros sinais de reaquecimento, e o empresário compreende as mudanças. Não concorda com o abono salarial pretendido por um grupo de empresários, se for concedido em prejuízo das metas do plano Bresser. Agora, se alguém deseja abonar seus empregados, está livre para fazê-lo, com seus próprios recursos.

"O sistema de governo proposto pela comissão não vai funcionar. Apenas criará confusão e conflito pelo poder"

Não ameaçou nem ameaçará demitir os ministros do PMDB, se o partido vier a pronunciar-se pela antecipação das eleições presidenciais para o ano que vem. Os ministros do PMDB, sem exceção, concordam com ele na fixação do atual mandato em cinco anos. O que falou a respeito foi diferente: irá considerar uma agressão, caso o PMDB se pronuncie pelos quatro anos, em sua convenção nacional, nos próximos sábado e domingo. Mas a segunda-feira será outro dia. O day-after, entendendo quem quiser entender o que diz. Mas não está ameaçando demitir ninguém. Não é de seu estilo. De sua mãe, herdou a característica de jamais levantar a voz ou exasperar-se, mesmo diante das situações mais agudas. Aliás, os tempos são difíceis, e assim continuarão por mais alguns meses. Não é a cada dia que surge um problema, mas a cada hora. Ontem mesmo, defrontava-se com a perspectiva de greve dos petroleiros e suas reivindicações. Eles pedem tudo, exageradamente. Seria bom que o governo e a Nação pudessem atendê-los, mas não dá. O bolo é pequeno.

Reconhece que a União Democrática Ruralista transformou-se num movimento legítimo. Não há dúvida de que reúne considerável massa de produtores rurais, principalmente médios e pequenos, formada para se opor aos excessos de grupos radicais. Hoje, é impossível desconhecer a UDR como movimento nacional.



Sandra, que denunciou fraude no anteprojeto da Sistematização, conversa com Virgílio Távora

Nenhum partido aceita o texto da Sistematização

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

As lideranças partidárias e membros da Comissão de Sistematização voltam a se reunir hoje. Para tentar um acordo que permita o encaminhamento do projeto de Constituição redigido pelo relator Bernardo Cabral ao plenário da Constituinte. Nenhum constituinte e nenhum partido aceita o texto atual, por ser extremamente contraditório e mal elaborado. Pesam ainda sobre ele acusações de que teria sido fraudado por funcionários que assessoram os relatores adjuntos, com o objetivo de favorecer posições ideológicas xiltas, como denunciou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

O texto foi concluído na sexta-feira por Bernardo Cabral, que viajou no mesmo dia para o Rio de Janeiro. Diante das denúncias de Sandra Cavalcanti e da discordância dos líderes do PTB, Gastone Righi, e do PDS, Amaral Neto, a divulgação oficial do projeto de Constituição foi adiada, enquanto se preparava, no Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), um novo texto que não só corrigisse os "equivocos" apontados pela deputada como atendesse aos interesses políticos dos descontentes.

No final da manhã de hoje, já com o novo texto, as lideranças e os membros da sistematização voltam a reunir-se. Se houver um acordo, este, que será o terceiro projeto de Constituição atribuído a Bernardo Cabral, poderá ser aprovado sem grandes discussões sobre o mérito e encaminhado ao plenário. Há, ainda, a proposta de que o segundo texto

(não divulgado ainda), seja, pelas falhas apresentadas, abandonado e substituído pelo primeiro projeto, que seria encaminhado ao plenário juntamente com todas as 6.528 emendas.

O líder do PTB, Gastone Righi, insiste na votação e avisa que vai requerer todos os destaques a que tem direito. O líder do PDS, Amaral Neto, rejeita integralmente a proposta de acordo, por considerar que, "em assuntos constitucionais, só vale a consciência do constituinte e não a palavra da liderança que, no seu caso, não consultou a bancada. E o PFL retine-se às 9 horas, para tomar posição, com vários de seus deputados e senadores em posições divergentes. O PT, PDT, PC do B, PCB aguardam o conhecimento do anteprojeto, hoje, para se pronunciar enquanto a maior parte do PMDB é favorável à aprovação e encaminhamento imediato ao plenário.

O clima geral, afirmaram os líderes do PDT, Brandão Monteiro; do PL, Adolfo Oliveira; do PC do B, Haroldo Lima; do PT, José Genofino, é favorável a um acordo. Righi, no entanto, entende que o regimento tem de ser cumprido e que a manobra proposta é a mesma de jogadores de pôquer que dividem as apostas para não arriscar. Esta também é a interpretação do deputado Luiz Maia (PDS-PI) para quem esquerda e liberais não querem perder as posições conquistadas no texto atual, ainda que o restante dele prejudique suas posições.

Já o senador Carlos Chiarelli (PFL) e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, acham que a solução do encaminhamento a plenário significaria a síntese da ocorrência, pois, se ninguém está de

acordo e o regimento não permite alterações quanto ao mérito, o melhor é abrir nova fase de recebimento de emendas, o que possibilitaria a realização de um novo texto, como substitutivo.

Constituintes do PDS, PTB, e PDT acusaram veladamente o senador Fernando Henrique Cardoso como o principal responsável pela "confusão" atual, por ter permitido e até influenciado que a equipe técnica da Constituinte, sob seu comando, alterasse dispositivos em favor da esquerda.

Amaral Neto acusou diretamente o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, por interferir nos trabalhos do relator, impedindo uma solução. Isto, por ter rejeitado como contrárias ao regimento mais de quatro mil emendas, que não foram apreciadas por Cabral. Mas o relator também recebeu muitas acusações, por não ter tido a coragem de rejeitar um grande número de emendas e eliminando muitos artigos e dispositivos constantes dos projetos das comissões temáticas.

Se aprovado o acordo, seja na versão Cabral I (o primeiro projeto, somado a todas as emendas) ou Cabral II ou III, encaminhando-se a plenário, tudo poderá estar concluído na segunda-feira. Caso contrário, poderá haver votação longa, que se iniciará hoje e poderá levar à rejeição integral do projeto de Bernardo Cabral, o que poderia significar a sua destituição do cargo de relator-geral da Constituinte, com nova eleição para o cargo. Neste caso, poderia ser também trocado o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, já que ambos foram eleitos pelos constituintes.

Denúncia de fraude agita a Constituinte

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A denúncia da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) de fraude na elaboração do anteprojeto da Comissão de Sistematização, relatado pelo deputado Bernardo Cabral, caiu ontem como uma bomba no Congresso Nacional, gerando um grande impasse nos trabalhos da Constituinte. Desde cedo, ela começou a denunciar que o grupo de Cabral havia acatado deliberadamente emendas de mérito, o que é proibido nesta fase pelo regimento interno da Constituinte. Segundo a deputada, foram incorporadas no anteprojeto de Sistematização mais de 80 emendas de mérito — alterando o conteúdo das propostas aprovadas até agora.

Sandra distribuiu aos constituintes, em papel timbrado da Câmara dos Deputados, o que apelidou de "história de uma emenda", onde denuncia a "troca deliberada", no texto atual do anteprojeto, da definição de empresa nacional. Ela e seu grupo descobriram, após analisar cerca de 800 emendas rejeitadas pelo relator, que a redação sobre empresa nacional aprovada pela Comissão da Ordem Econômica não foi considerada no texto de Cabral, embora o relatório afirme que sim. Cabral optou pelo texto do relatório rejeitado da Comissão da Família, Comunicação, Ciência, Tecnologia e Educação.

A deputada comprovou que o anteprojeto faz referência ao artigo 307, originário do artigo 3º da comissão VI (da Ordem Econômica) como sendo o texto escolhido para definir empresa nacional, quando isto não ocorreu. Na realidade, a redação dada não é a mencionada no anteprojeto da Sistematização. "Não sei se foi má-fé", insinuou a deputada, provocando em dois dias mais agitados no Congresso Nacional, com a suspensão da sessão para apresentação do relatório compatibilizado, que voltou ao serviço de processamento de dados para ser refeito.

A partir de sua denúncia, outras pessoas encorajaram-se a fazer o

mesmo. Foi o caso de Nestor Fernando Klein, consultor jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Pela sua análise, a Sistematização acatou pelo menos cinco emendas de mérito apresentadas pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), das quais três sobre reforma agrária.

Procurando acalmar a deputada, já muito exaltada, o senador Fernando Henrique Cardoso — um dos cinco relatores auxiliares de Cabral — já admitia à noite, após reunião das lideranças, para tentar um acordo, que se houve erro seria corrigido. Ele não aceitava a denúncia de fraude mas admitia que poderia ter ocorrido um erro durante a elaboração do anteprojeto.

No começo da tarde o deputado Adolfo de Oliveira (RJ) líder do PFL, que ontem coordenava os trabalhos da Sistematização na ausência de Cabral — em viagem ao Rio para visitar um filho doente — reconhecia que todas as definições sobre empresa nacional "são horríveis". E revelou que propôs na fase de apresentação de emendas de mérito desta que com duas definições sobre a matéria: uma definindo empresa nacional de capital brasileiro e outra empresa nacional de capital estrangeiro, a qual seriam reservados subsídios e incentivos.

ANTEPROJETO

O segundo texto do anteprojeto da Sistematização, apelidado de Cabral 2, reduz de 501 para 496 os artigos do Cabral 1. Troca o texto do artigo 1º definindo o que é nação; torna obrigatória, com desconto em folha, a contribuição sindical dos trabalhadores — acatando texto aprovado pela Comissão da Ordem Social; substitui Senado Federal por Senado da República e Câmara dos Deputados por Câmara Federal.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos cinco auxiliares de Bernardo Cabral, também admitiu que o projeto poderia ter alguns erros, mas afirmou que o texto devidamente corrigido seria apresentado em plenário hoje de manhã.



O acampamento da UDR transforma-se numa cidade, com representantes de todo o País

UDR sai hoje em 'passeata cívica'

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Mais de 40 mil pessoas estarão, hoje, às 9 horas, participando de caminhada cívica organizada pela União Democrática Ruralista (UDR), em Brasília. Para reivindicar "o direito à propriedade e livre iniciativa", entre outras medidas. Os ruralistas, comerciantes e industriais ligados à UDR em todo o Brasil participaram ontem, no acampamento montado no parque da cidade, de várias reuniões de liderança para acertar detalhes da manifestação.

O acampamento, com barracas de cinco montadas para os ruralistas, já abriga aproximadamente 40 mil pessoas. Mais de 600 ônibus trazendo simpatizantes do movimento estão estacionados no local, que ontem ganhou características de cidade. Estão instalados dois pontos de táxi, agências de locação de veículos, posto médico com ambulância e postos

de compras e serviços, além de postos telefônicos para chamadas locais e DDD. Quarenta soldados da Polícia Militar, com carros e cavalos, fazem o patrulhamento ostensivo.

Da bombacha e chimarrão ao frevo e trio elétrico, as manifestações culturais promovem a integração. Mas o intercâmbio das comidas regionais, aliado ao calor excessivo, levou mais de 80 pessoas ao posto médico, com problemas estomacais e dor de cabeça. As castanhas do Pará vitimaram oito gaúchos, que tentaram cortá-las com facas e atingiram os dedos. A novidade, ontem, foi a chegada de uma caravana de 200 mulheres fazendeiras, vindas de São José do Rio Preto (SP).

Para a caminhada cívica de hoje, às 9 horas, na Esplanada dos Ministérios, o grupo deverá ser aumentado com a chegada de ruralistas em vários voos charter, caminhões, camionetas e mais de uma centena de ônibus.

APLAUSOS A SARNEY

O presidente José Sarney foi aplaudido ontem por representantes da UDR quando saiu do Palácio da Alvorada, por volta das 15 horas, para retornar ao Palácio do Planalto. As palmas e palavras de ordem gritadas por cerca de 100 pessoas enquanto passava o carro do presidente da República — fizeram questão de destacar alguns dos auxiliares de Sarney — eram dedicadas à política agrícola do governo.

Entre os assessores presidenciais, ontem, não havia nenhuma preocupação aparente com a presença dos representantes da União Democrática Ruralista em Brasília. Um auxiliar mais chegado a Sarney até destacou o fato de a entidade ter pedido licença às autoridades locais para realizar a passeata de hoje. No acampamento, o clima é pacífico, não tendo se registrado nenhum incidente.